

**AgRg no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.875 - MA
(2018/0236145-9)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : JOSE SERGIO PEREIRA COSTA
AGRAVANTE : ARTHUR BAYMA OLIVEIRA
ADVOGADO : JONILTON SANTOS LEMOS JUNIOR E OUTRO(S) - MA006070
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1) TRIBUNAL DO JÚRI. NULIDADE DO JULGAMENTO EM PLENÁRIO. ARGUIÇÃO OPORTUNA. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. ART. 571, INCISO VIII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. 2) DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. 3) AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O entendimento do Tribunal de origem está alinhado à jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que *"nos termos do artigo 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal, as nulidades do julgamento em plenário devem ser arguidas logo após a sua ocorrência, sob pena de preclusão"* (AgRg no AREsp 978.890/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/8/2018).

2. As instâncias ordinárias, diante das peculiaridades do caso concreto, destacaram fundamentação idônea para majorar a pena-base dos recorrentes em patamar razoável e proporcional às especificidades do caso concreto, não havendo, portanto, falar-se em carência de fundamentação do *decisum*. Assim, não evidenciada nenhuma ilegalidade flagrante decorrente da dosimetria da pena, incide à espécie o enunciado n. 7 da Súmula/STJ, *verbis*: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

3. Agrado regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agrado regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado

Superior Tribunal de Justiça

do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator